

21ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville  
CURADORIA DO MEIO AMBIENTE NATURAL E DEFESA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS

**IC - Inquérito Civil nº 06.2009.00004558-0**

### **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **Ministério Público do Estado de Santa Catarina**, representado neste ato pela Promotora de Justiça titular da **21ª Promotoria de Justiça de Joinville**, Simone Cristina Schultz Corrêa, com atuação na **CURADORIA DO MEIO AMBIENTE NATURAL E DEFESA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS** e a pessoa jurídica **MALHARIA CARYMÃ LTDA.**, inscrita no CNPJ n. 79.386.678/0001-04, com endereço na Rua Tenente Antonio João, n. 3300, Distrito Industrial, Joinville-SC,

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais, coletivos, difusos e individuais indisponíveis, sendo órgão encarregado para promover Inquérito Civil e Ação Civil Pública para a proteção do Meio Ambiente, conforme arts. 127 e 129, II, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, foi erigido pelo art. 225 da Constituição Federal como um direito de todos;

**CONSIDERANDO** que o art. 2º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, considera o meio ambiente patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo, e aponta para a nação brasileira a diretriz da preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da

21ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville  
CURADORIA DO MEIO AMBIENTE NATURAL E DEFESA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS  
dignidade da vida humana;

**CONSIDERANDO** que para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem o risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

**CONSIDERANDO** que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei nº 9.605/98);

**CONSIDERANDO** o Inquérito Civil Público n.º 06.2009.00004558-0, em trâmite nesta 21ª Promotoria de Justiça de Joinville, sob a presidência da Promotora de Justiça signatária, que apura possível irregularidade ambiental na área onde está situada a COMPROMISSÁRIA MALHARIA CARYMÃ LTDA., na Rua Tenente Antonio João, n. 3300, Distrito Industrial, Joinville-SC;

**CONSIDERANDO** que a extinta FUNDEMA (sucendida pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Joinville - SAMA) manifestou-se nos autos do Inquérito Civil Público (Relatório 0052/08) esclarecendo que em vistoria realizada na sede da COMPROMISSÁRIA em 24/6/2008, tomou conhecimento de que a Licença Ambiental de Operação (LAO) n. 002/2003, emitida pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina - IMA (sucessor da FATMA) para fabricação e artefatos têxteis com tinturaria, estava vencida desde 26/2/2004;

**CONSIDERANDO**, entretanto, que em agosto de 2008 o IMA encaminhou cópia da LAO n. 098/2008, emitida em 31/7/2008, com validade de 48 (quarenta e oito) meses;

**CONSIDERANDO** que a LAO 098/2008 ficou condicionada, entre outras situações, à recomposição da Área de Preservação Permanente ao longo dos Rios do Braço e Vermelho (condição específica 4.6);

21ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville  
CURADORIA DO MEIO AMBIENTE NATURAL E DEFESA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS

**CONSIDERANDO** que em dezembro/2009 o IMA comunicou a apresentação e implementação do respectivo PRAD, entretanto, no mesmo documento, foi informada a necessidade de apresentação de novo PRAD relativo ao mesmo imóvel, em virtude de obras emergenciais de alargamento do leito do rio realizadas pelo Estado de Santa Catarina;

**CONSIDERANDO** que, posteriormente, o Relatório de Vistoria n. 161/2012/CRN informou o descumprimento da COMPROMISSÁRIA MALHARIA CARYMÃ LTDA. no que tange o item 4.6 da LAO 098/2008;

**CONSIDERANDO** que em 2013 foi expedido o Relatório de Vistoria n. 188/2013/CRN, aduzindo que o PRAD exigido foi implementado, entretanto que o empreendimento não respeita a faixa de 30 metros de área de preservação permanente estabelecida pelo Código Florestal em relação às margens de curso hídrico;

**CONSIDERANDO** que, em dezembro/2017 a FATMA (atual IMA) encaminhou o Parecer Jurídico n. 75/2017 afirmando que é inaplicável ao caso em comento o art. 65 do Código Florestal, por supostamente não se encaixar no conceito de núcleo urbano informal e não atender os requisitos para a regularização fundiária de interesse específico - Reurb-E;

**CONSIDERANDO** a Solicitação de Apoio n. 29/2018 que, corroborando o entendimento desta 21ª Promotoria de Justiça, manifestou-se sobre a possibilidade de Regularização Fundiária Urbana na modalidade de Interesse Específico (Reurb-E) no caso em comento, cuja análise, processamento e aprovação é de competência municipal;

**CONSIDERANDO** que o art. 30, inciso II, da Lei 13.465/2017 prevê que "compete aos Municípios nos quais estejam situados os núcleos urbanos informais a serem regularizados: (...) II - processar, analisar e aprovar os projetos de regularização fundiária";

**CONSIDERANDO** que somente após exaurido o procedimento afeto à Reurb-E, poderá o Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) analisar o

21ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville  
CURADORIA DO MEIO AMBIENTE NATURAL E DEFESA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS  
preenchimento dos requisitos inerentes à concessão do respectivo licenciamento ambiental;

**CONSIDERANDO** que a COMPROMISSÁRIA comprovou já haver protocolizado na SAMA, em abril do corrente ano, sob o n. 23052, pedido de Regularização Fundiária Urbana (Reurb-E), nos moldes do art. 65 do Código Florestal;

**CONSIDERANDO**, pois, as funções institucionais do Ministério Público, dentre as quais se destaca a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses relacionados à preservação do meio ambiente, para lavrar com os interessados Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta às exigências legais, prevista nos artigos 127 e 129, inciso II e III, ambos da Constituição Federal, no artigo 25, inciso IV, alínea "a", da Lei n. 8.625 e Lei Complementar Estadual n. 197/2000,

#### **RESOLVEM**

celebrar o presente Compromisso de Ajustamento de Conduta, com a permissão do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24-07-85, mediante os seguintes termos:

**Cláusula 1ª - A COMPROMISSÁRIA MALHARIA CARYMÃ LTDA.** compromete-se em adotar, perante a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, todas as providências necessárias à Regularização Fundiária Urbana na modalidade de Interesse Específico (Reurb-E) do imóvel situado na Rua Tenente Antonio João, n. 3300, Distrito Industrial, Joinville-SC, em conformidade com a Lei 13.465/2017, com o Decreto Municipal n. 26.874/2016 e Portaria SEMA 127/2017, comprovando cada etapa do processo ao Ministério Público de Santa Catarina.

**Parágrafo Primeiro.** A Reurb-E deverá contemplar a apresentação, aprovação e implementação de PRAD caso sejam constatados danos ambientais.

**Parágrafo segundo.** A **COMPROMISSÁRIA MALHARIA CARYMÃ LTDA.** deverá comprovar a efetiva conclusão do processo de Regularização Fundiária Urbana (Reurb-E) ao Ministério Público de Santa Catarina no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

21ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville  
CURADORIA DO MEIO AMBIENTE NATURAL E DEFESA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS

**Parágrafo Terceiro.** Eventual inviabilidade da Reurb-E, somada à persistência das irregularidades ou de eventuais riscos ambientais, dará ensejo à propositura da competente Ação Civil Pública, sem prejuízo de apuração das sanções previstas na Lei 9.605/1998;

**Cláusula 2ª.** No prazo de 90 (noventa) dias, contado a partir da efetiva implementação da Reurb-E ou da constatação da sua inviabilidade, a **COMPROMISSÁRIA MALHARIA CARYMÃ LTDA.** deverá comprovar nos autos a regularidade do licenciamento ambiental para o exercício das atividades por ela desenvolvidas.

**Parágrafo único.** O descumprimento da Cláusula 2ª dará ensejo à propositura da competente Ação Civil Pública, sem prejuízo de apuração das sanções previstas na Lei 9.605/1998.

**Cláusula 3ª -** O Ministério Público se compromete a não adotar qualquer medida judicial, coletiva ou individual, de natureza civil, contra a **COMPROMISSÁRIA MALHARIA CARYMÃ LTDA.**, desde que cumpridos os itens ajustados.

**Cláusula 4ª -** O não cumprimento, pela **COMPROMISSÁRIA MALHARIA CARYMÃ LTDA.**, das obrigações assumidas neste TAC, sem apresentação de justificativa e/ou pedido de dilação de prazo, cuja pertinência será avaliada por este órgão ministerial, implicar-lhe-á no pagamento de multa no valor de R\$500,00 (quinhentos reais) diários por cada cláusula descumprida, que será revertido ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados, sem prejuízo de outras sanções eventualmente cabíveis.

**Cláusula 5ª.** O cumprimento das obrigações ajustadas não dispensa a **COMPROMISSÁRIA MALHARIA CARYMÃ LTDA.** de satisfazer quaisquer exigências previstas em outras legislações, de cumprir qualquer imposição de ordem administrativa que diga respeito às normas ambientais correlatas e ao processo de licenciamento ambiental referente às atividades e serviços desenvolvidos no local, bem como, tampouco a autoriza a operar em desacordo com o ordenamento jurídico.

21ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville  
CURADORIA DO MEIO AMBIENTE NATURAL E DEFESA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam o presente Termo em 3 vias, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, tão logo homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Joinville, 26 de abril de 2018.

*Assinado digitalmente*  
**Simone Cristina Schultz Corrêa**  
**Promotora de Justiça**

**Marco Antonio Chidiac Farah**  
**(com procuração nos autos)**  
**MALHARIA CARYMÃ LTDA.**  
**COMPROMISSÁRIA**

R